



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Agenda cheia

Hoje, o deputado federal jundiáense Miguel Haddad (PSDB) viaja para Jales-SP onde vai conversar com lideranças do interior. O tucano, aliás, teve agenda cheia na semana, com encontros com entidades filantrópicas preocupadas com a reforma fiscal. Elas temem a perda de isenções conseguidas e que auxiliam na manutenção dos trabalhos.

Adorado

O gestor de Educação, Oswaldo José Fernandes (PSB), é um 'workaholic'. Até mesmo o horário de almoço é suprimido por um lanche rápido na própria sala. Desde que assumiu a pasta, no início do ano, tem recebido visitas de professores e outros profissionais da rede para cumprimentá-lo. As fãs do 'professor Oswaldo', como é carinhosamente chamado, não perdem a oportunidade de abraçá-lo e andar de braços dados com o gestor.

Cidade soberana 1

O ex-vereador e candidato a vice-prefeito derrotado no primeiro turno das eleições do ano passado, Enivaldo Ramos de Freitas, que é presidente regional do PSC, esteve no Paço de Jundiá para oferecer colaboração com o governo de Luiz Fernando Machado (PSDB). "A cidade é soberana. A escolha foi feita e nós, do PSC, vamos colaborar para o bem da população", conta.

Cidade soberana 2

Val, que foi vice na chapa de Ricardo Benassi (PPS), diz que a "terceira via", como se intitulavam, foi dissolvida com o fim das eleições. "Na época aquela foi a melhor escolha. O Ricardo é um empresário, não depende da política. Agora vamos atuar para ajudar a cidade. Estamos à disposição. O PSC concorda com a escolha feita", analisa. Ele afirma que uma candidatura ou não do partido dependerá do cenário do município em 2020.

Silêncio

O presidente Michel Temer não quis responder ontem se o preocupa a presença de seis ministros na lista de pedidos de investigação enviada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) ao STF (Supremo Tribunal Federal). Perguntado pela reportagem se o envolvimento dos nomes constrange o governo, o peemedebista sonriu, levantou as mãos e saiu sem comentar.

'O candidato'

O deputado Cauê Macris (PSDB) foi eleito presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo com 88 votos dos 94 possíveis. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Macris defendeu a candidatura ao Planalto do governador Geraldo Alckmin, de quem é aliado fiel. Para ele, quem discute a possibilidade de lançar o prefeito João Dória "não é tucano". Macris também diz ter certeza de que Alckmin passará incólume pela Lava Jato.



JAMPAULO JR. "As eleições legislativas já poderiam ser proporcionais", avalia



MIGUEL "É importante a redução de valores e o número de partidos", diz



LUIZ "Os custos de campanha devem respeitar o senso da sociedade", afirma



JAPIM "Moldes devem ser com base na proposta de movimentos sociais", diz



MARCÃO "Discutir novas formas de se fazer política no Brasil é fundamental"

EM DISCUSSÃO

Especialista em política afirma que assunto é antigo e modificações auxiliariam população a cobrar promessas

Reforma política e eleitoral pode aproximar candidato de eleitor

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Nesta semana, um dos assuntos debatidos em Brasília foi o encontro entre o presidente Michel Temer, os presidentes Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eunício Oliveira, do Senado, e Rodrigo Maia, da Câmara dos Deputados, sobre reforma do sistema político-eleitoral. Segundo especialista e políticos, o assunto é tratado há décadas e, se realmente colocado em prática, aproximaria os agentes do eleitorado se houver transparência e fiscalização.

Após o encontro na capital federal, foi divulgada uma nota informando sobre "um amplo consenso da necessidade e urgência de uma reforma do sistema político-eleitoral brasileiro que leve a uma melhora na representação política nacional". Em declaração à imprensa após a reunião, o presidente do TSE, Gilmar Mendes, disse que há algum tempo existe na Justiça Eleitoral a preocupação com o "mau desenvolvimento do sistema político-eleitoral" e tem se discutido a necessidade de reformas.

"Desde quando comecei a estudar direito, em 1974, existiam duas reformas que precisavam ser feitas: política e tributária. Até hoje não foram feitas a contento. O Brasil está atrasado. As eleições legislativas já poderiam ser

proporcionais, com critérios de reserva e feitas por setores, para que as pessoas possam cobrar seus representantes", explica o doutor em Direito Constitucional, João Jampaolo Júnior. Para ele, a melhor opção para as eleições legislativas seria o voto distrital misto, onde a representação acontece com parte da comunidade somada ao voto geral da população.

Outra modificação que deveria ser implantada, segundo o especialista, seria o voto facultativo. A iniciativa, em seu ponto de vista, poderia ser colocada em prática em eleições municipais para, então, chegar aos pleitos federais.

O sistema de financiamento das campanhas também é ponto importante. Para ele, as modificações que estão sendo propostas como o uso do dinheiro público para custear as campanhas são temerárias. "O dinheiro público deve ser usado em setores que estão descobertos, como saúde e educação. Nas campanhas são gastas verdadeiras fortunas e esse não deve ser o destino do dinheiro público. Em países desenvolvidos o financiamento privado é liberado com fiscalização e controles austeros", salienta.

Opiniões

O ex-prefeito de Jundiá e deputado federal, Miguel Haddad (PSDB), afirma que primeiramente é necessário reduzir os cus-

O FOCO DA REFORMA POLÍTICO-ELEITORAL

Buscar a racionalização do sistema político



Fonte: Agência Brasil

tos das campanhas políticas para uma disputa com menos desigualdade financeira. "É necessário um processo eleitoral mais equilibrado e com maior transparência", avalia.

Além disso, Miguel defende a redução do número de legendas no País. "Assim, o eleitor pode ter uma identidade com o partido, saber o que pensa, a sua posição. Porém, tudo ainda é embrionário. Agora, na Câmara, há outros temas em debate, de interesse do governo, e acredito que a reforma política não fique para este semestre.

O prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), considera fundamental para o País o início da reorganização do sistema político - e como um as-

sunto de Estado, não de governo. Com relação ao sistema de financiamento, Luiz se manifesta a favor da redução de custos e de uma fiscalização mais direta sobre as doações para a campanha. "Muito além do aspecto político, no momento em que o País atravessa, os custos de campanha devem respeitar o senso da sociedade", afirma.

"Essa reforma política precisa ocorrer há muito tempo, porém, deve ser feita dentro de um governo de legitimidade e credibilidade. Na minha opinião, os moldes devem ser com base na proposta defendida pelos movimentos sociais, Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", de-

fende o prefeito de Campo Limpo Paulista, Japim Andrade (PROS).

Por nota encaminhada pela assessoria de imprensa da administração de Jarinu, o gabinete da prefeita Eliane Lorencini (DEM) informa que "está analisando o assunto em pauta discutido pelo presidente Michel Temer, porém, no momento, não tem nenhum posicionamento, pois é um assunto de ampla discussão que precisa ser muito bem estudado."

O prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi (PV), também não se manifestou sobre o assunto. Por nota, encaminhada pela assessoria de imprensa, informou que "a administração municipal considera prematura qualquer análise sobre as tratativas em questão e prefere aguardar novos desdobramentos, para se manifestar."

O prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), afirma que discutir novas formas de se fazer política no Brasil é fundamental para que o Brasil possa avançar. "A sociedade está descredenciada da classe política por tudo o que tem acontecido, das denúncias de corrupção, irresponsabilidade e mau uso do dinheiro público. Algumas alterações já foram propostas e colocadas em prática na eleição de 2012, o que, para mim, não mudou em nada a maneira de fazer política. Sempre gastei apenas as solas do sapato, com pouco recurso e muita vontade de falar com os eleitores."

LEVANTAMENTO

'Lista de Janot' contém 107 nomes sob sigilo

Os 83 pedidos de inquérito enviados ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contêm 107 nomes sob sigilo, todos com foro privilegiado no STF (prerrogativa de deputados, senadores e ministros, por exemplo), segundo apurou levantamento da TV Globo no sistema processual do STF.

Isso não quer dizer que o total de alvos dos inquéritos seja 107. Em alguns poucos casos, segundo informaram investigadores da Lava Jato, foi pedida a investigação de uma mesma pessoa em mais de um inquérito. Esses investigadores estimam em cerca de 100 o total de pessoas que são alvos dos pedidos de inquérito.

O levantamento apontou que dos 83 pedidos: 64 têm um nome por inquérito; 16, dois nomes em cada inquérito; 2 pedidos, três nomes em cada inquérito; 1 pedido aparece com cinco nomes no mesmo inquérito.

Para o levantamento, a reportagem consultou cada um dos pedidos de inquérito que constam do sistema processual do STF. Como o material está sob sigilo, não aparecem os nomes, somente a quantidade de pessoas cuja investigação é solicitada em cada pedido de inquérito. Janot enviou na terça ao Supremo pedidos para investigar políticos citados nas delações de 77 executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht.

Até o momento, não foram divulgados, oficialmente, os nomes dos políticos que integram a "nova lista do Janot" porque a solicitação tem caráter sigiloso. Além da abertura dos inquéritos, Janot também pediu ao STF a retirada do sigilo das delações. Quem decidirá sobre os pedidos é o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

Apesar de os pedidos de inquérito ainda estarem sob sigilo de Justiça, a TV Globo já conseguiu confirmar 38 nomes de políticos que fazem parte da chamada "nova lista do Janot". Os documentos entregues pela PGR nesta semana ao Supremo trazem acusações de crimes como corrupção passiva, corrupção ativa, la-

vagem de dinheiro, fraude à licitação, formação de cartel e caixa 2. Relator da Lava Jato no Supremo, o ministro Luiz Edson Fachin ainda não recebeu o material enviado pela PGR. O magistrado não tem prazo para tomar decisão sobre a abertura de inquéritos ou sobre o fim do sigilo das delações.

Ele só decidirá depois que receber e analisar centenas de documentos entregues pela Procuradoria. Por enquanto, está tudo guardado numa sala-cofre no terceiro andar do tribunal, próximo ao gabinete da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Antes de os pedidos chegarem ao gabinete de Fachin, tudo tem de passar pelo protocolo do Su-

premo. A previsão é de que os documentos sejam liberados para o relator até o final desta semana.

Os 320 pedidos de Janot (dos quais 83 de abertura de inquérito) já começaram a ser cadastrados no sistema do STF e receberam um número. Agora, estão em fase de processamento.

Os pedidos de abertura de inquérito foram enviados ao Supremo porque entre os alvos há autoridades com foro privilegiado, isto é, que só podem ser investigadas (e depois julgadas, se for o caso) com autorização do STF. São os casos de deputados e senadores, por exemplo. Governadores são investigados e julgados no Superior Tribunal de Justiça. (Das Agências)